

Ata da reunião do Comité Executivo Terça-feira, 27 de maio de 2025 – Lisboa

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) iniciou a reunião agradecendo aos membros e à administração portuguesa pela sua presença. A ata da última reunião, bem como a ordem do dia, foram aprovados por unanimidade.

1. Atualizações do Grupo de Estados-Membros sobre as Recomendações Conjuntas (JR)

Alda Centeio (DRGM Portugal) informou que, no que diz respeito à JR sobre cetáceos, foi solicitada uma renovação idêntica das medidas adotadas em 2025 para 2026, exceto um aumento das marés observadas (de 5 para 7%) para as redes de emalhar (redes de emalhar e tresmalho). Esta JR será enviada aos Conselhos Consultivos para parecer, antes de ser remetida à Comissão Europeia no próximo dia 6 de junho.

A JR sobre EMV foi aprovada pelo GEM no dia 5 de março e enviada à CE, mas ainda não foi validada cientificamente devido à falta de acordo.

Por último, Alda Centeio (DRGM Portugal) indicou que a JR para o pargo (*Pagellus bogaraveo*) beneficiaria, em 2026, das mesmas medidas de gestão que anteriormente.

A David Milly (FEDOPA), Alda Centeio (DRGM Portugal) respondeu que o CSTEP não tinha de dar o seu parecer sobre a JR cetáceos, uma vez que apenas havia uma alteração, sendo os anexos, por outro lado, os mesmos. Indicou ainda que não se tratava, no trabalho do GEM, da conservação de carcaças de cetáceos para necropsias.

Jorge Gonçalves (FPA) solicitou esclarecimentos sobre a JR EMV. Alda Centeio (DRGM Portugal) e Cristina Rosa (DRGM Portugal) explicaram que o objetivo desta JR é excluir a palangre piedrabela da proibição nas zonas EMV, demonstrando que esta arte não tem impacto no fundo do oceano. Salientaram também a diferença entre zonas EMV e zonas marinhas protegidas (geridas pelo Estado).

2. Validação dos pareceres

a. Parecer sobre as OP com o MAC

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) recordou que este parecer já tinha sido validado eletronicamente e enviado à CE, uma vez que esta está a preparar um estudo sobre as OP.

b. Parecer sobre a avaliação da PCP

Marie Le Bras (Secretariado do CC SUL) recordou o calendário do procedimento do parecer e indicou que a posição minoritária das ONG tinha sido alterada.

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) lamentou que um parecer sobre um tema tão importante não pudesse chegar a um consenso. Javier Lopez (OCEANA) aprovou esta posição.

David Milly (FEDOPA) comentou que os dados apresentados na posição minoritária das ONG não são realistas, uma vez que as perdas não foram recuperadas desde 2014. Propôs que o CC SUL dedicasse algum tempo a partilhar conhecimentos sobre o próximo relatório do CCTEP, a fim de reduzir o risco de posições minoritárias relacionadas com os dados. Em resposta a David Milly (FEDOPA), Javier Lopez (OCEANA) esclareceu que os macroindicadores relacionados ao rendimento mostram que há uma projeção de tendência de recuperação. Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) indicou que não se deve basear em projeções, mas na realidade do passado.

Sobre os relatórios do CCTEP que as ONG utilizam na sua posição minoritária, Jean-Marie Robert (OP Pêcheurs de Bretagne) explicou que não é impossível que o aumento da rentabilidade se explique pela diminuição do número de navios. A idade das frotas está a aumentar, pelo que há menos renovação das empresas de pesca. Por fim, acrescentou que havia um problema ao nível do RMS, tomando como exemplo o stock de pescada do norte, cuja biomassa e quotas estão em queda livre, enquanto a pressão de pesca diminuiu. Para os pescadores, portanto, o RMS não compensa. Cristina Rosa (DRGM Portugal) concordou com Jean-Marie Robert (OP Pêcheurs de Bretagne) e indicou que as quotas são muito pouco flexíveis, pelo que é fácil ultrapassá-las.

Humberto Jorge (ANOPCERCO) também lamentou não se ter chegado a uma posição comum. Considera igualmente estranho que a rentabilidade aumente, mas que haja menos barcos, pescadores e investimentos. Além disso, «rentável» não significa necessariamente que a atividade seja encorajadora e benéfica.

Juan Manuel Trujillo (ETF) lembrou que todos devem trabalhar juntos para o futuro (sustentabilidade, energia, etc.) e que seria bom que os procedimentos para alcançar esse objetivo fossem mais transparentes e participativos. Miren Garmendia (OPEGUI) manifestou o seu apoio à busca de um consenso. Para ela, é necessário criar uma nova PCP para garantir a sustentabilidade, pois o setor está atualmente limitado (sem renovação). Luis Vicente (ADAPI) acrescentou que a mentalidade dominante é a de dizer aos pescadores como trabalhar para não destruir o ambiente, mas os pescadores têm ferramentas de gestão para esse efeito que sabem utilizar.

Por último, Javier Lopez (OCEANA) manteve que a posição das ONG é contra a revisão e a favor da continuação da PCP em vigor. O parecer foi então aprovado tal como estava, com a posição minoritária das ONG.

c. Parecer sobre a resiliência das pescarias pelágicas face às alterações climáticas

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) e Marie Le Bras (Secretariado do CC SUL) recordaram as principais linhas do parecer e o calendário dos seus procedimentos.

David Milly (FEDOPA) propôs uma alteração de vocabulário relativamente aos projetos SEAwis e DEFIPEL, a fim de os qualificar como «experimentais», uma vez que o Ifremer indicou claramente que estas ferramentas não estão operacionais atualmente. Sergio Lopez

(Presidente do CC SUL) e María José Rico (FECOPPAS) manifestaram o seu acordo com esta alteração. Esta última lembrou também que a ferramenta SEAwisdom pode criar dados que não são reais.

A alteração proposta por David Milly (FEDOPA) foi aprovada por unanimidade e o parecer foi validado com esta alteração.

d. Parecer sobre as recomendações para os TAC do atum rabilho, do atum albacora e do espadarte

Marie Le Bras (Secretariado do CC SUL) recordou o calendário do parecer e as suas principais linhas. Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) indicou as alterações introduzidas desde a última reunião do Grupo de Trabalho, que consistiram na reformulação do parágrafo sobre a quota de espadarte e na adição de um pedido de financiamento de estudos para o stock oriental de atum rabilho.

Jean-Marie Robert (OP Pêcheurs de Bretagne) acrescentou que estava muito satisfeito com esta alteração. Na sua opinião, o CC SUL deve estar preparado para formular novas recomendações sobre o atum albacora do Norte, que será submetido a um novo procedimento de gestão em 2027.

O projeto de parecer foi aprovado na íntegra por unanimidade.

3. Pontos administrativos e financeiros

a. Criação do Grupo Ad Hoc para a anchova do Golfo da Gasconha

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) recordou que, durante a última reunião do Grupo de Trabalho sobre Espécies Pelágicas e ICCAT, os membros tinham manifestado a necessidade de criar um Grupo Ad Hoc sobre a anchova do Golfo da Gasconha, devido ao plano de gestão informal da espécie que vai ser reavaliado pelo CIEM.

Em seguida, foi debatida a limitação do número de membros deste grupo a 12 (3 de cada família). María José Rico (FECOPPAS), Carlos Gutierrez (OPACAN) e Francisco Teijeira (Aso Armadores Marin) manifestaram o seu desacordo com esta restrição, uma vez que a participação deve ser incentivada e não se trata de uma questão orçamental, uma vez que as reuniões são realizadas online e os custos de interpretação são os mesmos. Miren Garmendia (OPEGUI) propôs começar por ver quais os membros que estavam interessados antes de limitar o número de lugares.

A anchova do Golfo da Gasconha não diz respeito a Portugal, o que permitiria disponibilizar mais lugares. Raul Garcia (WWF) acrescentou ainda que bastaria um único representante das ONG.

Jean-Marie Robert (OP Pêcheurs de Bretagne) e David Milly (FEDOPA) explicaram que limitar os lugares era importante para a eficácia dos trabalhos, mas também para que as famílias chegassem a um acordo entre si antes do Grupo Ad Hoc.

A criação deste grupo foi aprovada por unanimidade, com uma limitação do número de participantes, se necessário, em função dos membros interessados.

b. Reembolsos

Sergio Lopez (Presidente do CC SUL) explicou que os custos de hotelaria e combustível aumentaram, o que pode limitar a participação nas reuniões. Aurélie Drillet (Secretariado do CC SUL) fez, por isso, simulações de aumento dos reembolsos de hotéis (+ 1 400 € por ano) e das despesas de quilometragem (+ 600 € por ano), a apresentar na próxima Assembleia Geral. Esta decisão foi acolhida favoravelmente por Jean-Marie Robert (OP Pêcheurs de Bretagne), uma vez que os preços aumentaram significativamente nas grandes cidades onde o CC SUL se reúne.

A Jorge Gonçalves (FPA), Aurélie Drillet (Secretariado do CC SUL) respondeu que, no que diz respeito às RUP, existe uma tabela diferente para as diárias e as despesas de deslocação. Foi aprovado por unanimidade que esta alteração relativa aos reembolsos seja apresentada na próxima Assembleia Geral.

4. Calendário das próximas reuniões

Marie Le Bras (Secretariado do CC SUL) perguntou aos membros se estariam interessados num workshop de apresentação do projeto SURMI pela equipa do projeto, online e com outros CC. Ela respondeu a David Milly (FEDOPA) que, a priori, este projeto não prevê a criação de dados, mas sim de modelos. A participação dos membros do CC SUL neste workshop de apresentação foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, Aurélie Drillet (Secretariado do CC SUL) apresentou as próximas reuniões do CC SUL e propôs que o próximo Comité Executivo se reunisse online, o que foi aprovado. O calendário das próximas reuniões é o seguinte:

- 11 de julho: Assembleia Geral Ordinária e workshop do CIEM (online)
- De 21 a 23 de outubro: Grupos de Trabalho no Porto (Portugal)
- 26 ou 27 de novembro: Comité Executivo (online):

BALANÇO:

- **Os membros do Comité Executivo receberam as notícias do GEM sobre as JR cetáceos, EMV e pargo.**
- **Relembrou-se o procedimento relativo ao parecer já adotado sobre as OP.**
- **O parecer sobre a avaliação da PCP foi validado na íntegra, com a posição minoritária das ONG.**



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

- **O parecer sobre as alterações climáticas sofreu uma alteração de vocabulário e foi validado por unanimidade.**
- **O parecer ICCAT 2025 foi validado na íntegra por unanimidade.**
- **Foi criado o Grupo Ad Hoc para a anchova do Golfo da Gasconha.**

